



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/a-terra-lembra/>

## **A terra lembra: memória, território e re-existência depois da Barragem de Fundão**

Maria Júlia Gomes Silva Cintra[1]

Flora d'el Rei Lopes Passos[2]

**RESUMO:** Este ensaio discute as relações entre extrativismo, memória e território a partir do rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em Mariana (MG) em 2015. A partir de reflexões teóricas sobre o extrativismo na América Latina e de contribuições de autores que discutem o Antropoceno, o texto articula essas perspectivas com experiências e observações no território atingido, especialmente no vale do rio Gualaxo do Norte. O ensaio destaca a importância da memória territorial e da escuta das comunidades atingidas para compreender os impactos do desastre para além da destruição material.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; memória; Antropoceno; neoextrativismo.

---

## **The land remembers: memory, territory, and re-existence after Fundão Dam.**

**ABSTRACT:** This essay discusses the relationships between extractivism, memory, and territory through the case of the Fundão dam collapse in Mariana, Minas Gerais, Brazil, in 2015. Drawing on theoretical perspectives on extractivism in Latin America and on contributions from authors addressing the Anthropocene, the essay connects these frameworks with experiences and observations from the affected territory, particularly in the Gualaxo do Norte river valley. It highlights the importance of territorial memory and of listening to affected communities in order to understand the impacts of the disaster beyond material destruction.

**KEYWORDS:** Territory; memory; Anthropocene; neoextractivism.

---





## **Introdução**

Tente imaginar um lugar antes de tudo acontecer. Um lugar onde o tempo se mede em estações, em ciclos de chuva e seca, em festas religiosas que retornam todos os anos como se fossem uma promessa renovada de continuidade. Imagine uma comunidade pequena, cercada por montanhas, onde as pessoas conhecem o nome das nascentes, onde os caminhos de terra carregam marcas de gerações de passos, e onde o rio é água correndo entre pedras, é parte da vida cotidiana, é lugar de pesca, de conversa, de trabalho, de infância.

Agora imagine esse mesmo lugar depois que a lama chega.

Quando falamos hoje de eventos extremos, frequentemente pensamos em furacões, enchentes ou ondas de calor. Mas há outros extremos produzidos por decisões humanas, por modelos econômicos e por formas específicas de ocupar o território. São extremos fabricados. No Brasil, um desses acontecimentos marcou profundamente sua história: o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015.

A barragem de Fundão armazenava rejeitos da extração de minério de ferro e seu colapso liberou milhões de metros cúbicos de lama tóxica, devastando o rio Gualaxo do Norte e, posteriormente, toda a bacia do rio Doce. O rejeito percorreu centenas de quilômetros até alcançar o oceano Atlântico, atravessando municípios e carregando consigo casas, igrejas, plantações, animais e histórias inteiras. Dezenove pessoas morreram naquele dia.

Nos dias que se seguiram ao rompimento, a cobertura midiática oscilou entre o enquadramento do evento como “acidente” ou “tragédia natural”, com ampla exposição inicial do desastre, que foi gradualmente substituída por uma diminuição do interesse dos meios de comunicação, à medida que o acontecimento deixava de ocupar posição de destaque na agenda pública. Paralelamente, as empresas responsáveis investiam significativamente na produção de uma narrativa de reparação e boa-fé, que disputava, nos meios de comunicação, espaço com os relatos das próprias comunidades atingidas.

Nesse contexto, o jornal *A Sirene*, criado pelos próprios atingidos como resposta a esse silêncio progressivo, tornou-se um dos documentos mais eloquentes dessa disputa. Seu próprio nome é uma declaração de método: onde as sirenes de alerta falharam no dia do rompimento, a publicação se propõe a soar continuamente, recusando o esquecimento como destino.



Compreender essa disputa de narrativas é, portanto, condição para qualquer projeto sério de justiça ambiental, uma vez que o apagamento deliberado, é parte constitutiva do desastre-crime ao controlar a memória do que foi destruído e permitir que o esquecimento seja produzido.

Mas as perdas não podem ser contadas apenas em números. A lama também destruiu modos de vida das comunidades de Bento Rodrigues, Camargos, Paracatu de Baixo e tantas outras que margeavam o Gualaxo do Norte, lugares onde o território, ali, era uma extensão da vida.



Figura 1 – Mapa dos territórios atingidos ao longo da bacia do Rio Gualaxo do Norte

Fonte: Maria Júlia Cintra, 2026.

## Canto Geral

O rompimento da Barragem de Fundão já foi objeto de investigações em diferentes campos do conhecimento. Pesquisas nas áreas de saúde coletiva documentaram os impactos físicos e psicossociais sobre as populações atingidas, com ênfase nos transtornos de ansiedade, depressão e luto prolongado relatados por moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e outras comunidades afetadas (Zhourri et al., 2016). Estudos no campo do direito ambiental e da justiça socioambiental analisaram as insuficiências dos processos de reparação, apontando para a assimetria estrutural entre os recursos jurídicos das empresas responsáveis e a capacidade de resistência das comunidades (Milanez et al., 2018). Do campo das ciências sociais, análises sobre os processos de desterritorialização e perda dos vínculos comunitários revelaram que o desastre



continuou se desdobrando muito depois que as câmeras saíram da região. Este ensaio não pretende repetir esses diagnósticos, mas conversar com eles a partir de outro ângulo, o da memória, do território vivido e das práticas de re-existência que emergem precisamente onde a destruição parecia mais absoluta.

O desastre-crime deve ser compreendido como parte de uma longa história de exploração mineral que estrutura o território mineiro desde o período colonial. A mineração, para além de atividade econômica, constituiu um modelo de ocupação e organização do espaço que moldou, ao longo dos séculos, as relações sociais, econômicas e políticas da região. Como observa Ailton Krenak (2019), a lógica desenvolvimentista que a sustenta trata rios, montanhas e florestas como obstáculos a serem superados ou recursos disponíveis para exploração. Nessa perspectiva, a natureza deixa de ser compreendida como um sistema vivo e passa a ser reduzida à condição de matéria-prima para a acumulação econômica. Maristella Svampa (2019) denomina esse processo de neoextrativismo, caracterizado pela reorganização de territórios inteiros em função da demanda global por commodities minerais, agrícolas e energéticas, à medida que a expansão de grandes empreendimentos voltados à exportação produz novas espacialidades orientadas pelas exigências do capital, reconfigurando os usos do solo, os fluxos econômicos e as funções atribuídas ao território.

Hoje, quando caminhamos pelas áreas atingidas pela lama, e aqui falo também a partir da experiência de pesquisa e extensão no território, em diálogo com moradores e movimentos locais, por meio de visitas de campo, acompanhamento de assembleias e rodas de conversa com atingidos e integrantes de movimentos, bem como da análise das edições do jornal *A Sirene*, é impossível não perceber que essas novas espacialidades. A lama secou, mas não desapareceu. Ela permanece nas margens endurecidas do rio, nos vales sedimentados, nas árvores mortas que ainda se erguem como testemunhas silenciosas.



Figura 2 – Escola de Paracatu de Baixo com marcas que mostram a altura em que a lama chegou  
Fonte: Maria Júlia Cintra, 2024.

Se a lama transformou a paisagem, ela também alterou profundamente a maneira como o território passou a ser percebido e representado. Caminhar pelas comunidades atingidas do Gualaxo do Norte hoje é testemunhar um espaço onde diferentes temporalidades se sobrepõem. Há o tempo da vida que existia antes do rompimento, e há o tempo da catástrofe, inscrito nas ruínas, nas marcas da lama e nas placas que delimitam áreas interditadas. Entre esses dois tempos, instala-se um intervalo difícil de habitar, um espaço de suspensão em que o passado não desapareceu completamente e o futuro ainda permanece incerto.

Contudo, o que mais impressiona não é apenas a paisagem devastada. É a persistência da vida.

Mesmo depois de anos de deslocamento forçado, muitas famílias continuam retornando às antigas comunidades para realizar missas, visitar ruínas ou simplesmente caminhar pelos caminhos que antes faziam parte de sua rotina. O território devastado continua sendo visitado, cuidado e lembrado. Ele permanece vivo na memória coletiva.



Figura 3 – Montagem feita baseada nos relatos presentes no jornal A Sirene  
Fonte: Maria Júlia Cintra, 2026.

Nas páginas do jornal A Sirene, publicação produzida pelos próprios atingidos do desastre, essa dimensão aparece de forma recorrente. Ao longo de suas edições, moradores descrevem a sensação de retornar às comunidades devastadas como uma espécie de travessia: caminhar por caminhos conhecidos e, ao mesmo tempo, diferentes. As casas estão em ruínas, mas as lembranças permanecem. As espécies que sobreviveram continuam indicando onde antes existiam quintais, terreiros e hortas. O território se transforma em um mapa de memórias. Como sugere Anna Tsing (2019), viver no Antropoceno significa aprender a habitar ruínas. Não no sentido de aceitar passivamente a destruição, mas de reconhecer que a vida continua emergindo mesmo em paisagens profundamente alteradas. Nas ruínas da mineração, surgem novas formas de convivência, de cuidado e de luta.

Nesse contexto, a cartografia, objeto dos nossos estudos, adquire um sentido particular. Mapear o território atingido significa também registrar trajetórias de vida, percursos cotidianos, lugares de encontro, espaços de fé e de trabalho. A cartografia social emerge, assim, como uma prática capaz de reinscrever na paisagem aquilo que a lama tentou apagar e justamente tornar visíveis essas



dimensões invisibilizadas do território. Ao representar essas narrativas e afetos, ela confronta a lógica tecnocrática que frequentemente domina os processos de planejamento territorial. Enquanto os mapas institucionais delimitam áreas de risco, zonas de mineração ou projetos de reassentamento, as cartografias produzidas junto às comunidades revelam outra geografia: a da memória.

Consequentemente, a diferença de perspectiva torna-se ainda mais evidente quando observamos a forma como os processos de reparação foram conduzidos após o desastre. A reconstrução das comunidades atingidas foi planejada majoritariamente a partir de parâmetros técnicos e urbanísticos, resultando na construção de novos bairros planejados; e embora esses reassentamentos tenham sido apresentados como solução definitiva, muitos moradores relatam que eles não conseguem substituir a experiência territorial anterior, pois o que se rompeu foi um tecido social complexo, construído ao longo de gerações (Marques, 2020).

A proximidade entre vizinhos, o conhecimento compartilhado sobre o território, a relação com o rio e com as montanhas, tudo isso fazia parte de uma forma específica de habitar. Como lembra David Farrier (2019), os territórios que se tornam zonas de sacrifício no Antropoceno, além de espaços degradados ambientalmente, são também lugares onde modos de vida inteiros são colocados em risco.

Defender a memória, nesse caso, significa afirmar que a história daquele lugar não pode ser reduzida à narrativa da catástrofe. Antes do rompimento da barragem, existiam ali comunidades com trajetórias próprias, saberes locais e formas de organização social que não cabem facilmente nos registros oficiais. Por isso que a escuta das comunidades se torna uma etapa essencial para compreender o que aconteceu, e o que continua acontecendo, após o desastre. Metodologicamente, isso significa reconhecer que o processo de escuta deve anteceder qualquer definição dos caminhos da pesquisa. Nesse contexto, ouvir torna-se mais importante do que produzir respostas imediatas ou alcançar resultados previamente estabelecidos, e parte fundamental da pesquisa reside justamente na aproximação com aquilo que permanece silenciado, fragmentado ou difícil de narrar.



Como sugere Antônio Bispo dos Santos (2023), os saberes produzidos nos territórios muitas vezes são desconsiderados pelas formas hegemônicas de conhecimento. Entretanto, são justamente esses saberes que permitem imaginar outras maneiras de habitar o mundo.

Essa abertura para “outros saberes” torna-se ainda mais urgente quando pensamos na crise ambiental contemporânea. A intensificação dos eventos extremos, mencionada pelos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) e por diversos estudos sobre mudanças climáticas, revela os limites de um modelo civilizatório baseado na exploração ilimitada da natureza. No Brasil, as enchentes recentes no Rio Grande do Sul e os incêndios florestais cada vez mais frequentes indicam que estamos vivendo uma transformação profunda na relação entre sociedade e ambiente.

À primeira vista, o rompimento de uma barragem de rejeitos e as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul podem parecer fenômenos de naturezas distintas: o primeiro associado à atividade minerária e o segundo a eventos climáticos extremos. No entanto, essa distinção tende a ocultar processos estruturais que os aproximam. Ambos estão inseridos em um modelo de desenvolvimento marcado pela mercantilização do território, pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela fragilização dos mecanismos de regulação, fiscalização e proteção ambiental. Ou seja, o que aproxima esses eventos é a racionalidade que os produz, ao subordinar a gestão dos territórios e dos bens naturais às exigências da acumulação econômica, tornando tais desastres não só possíveis, mas também amplamente previsíveis.

Essas condições ampliam a vulnerabilidade de populações e lugares diante de situações de risco. Como aponta o IPCC (2022), os impactos mais severos das mudanças climáticas recaem justamente sobre grupos sociais que menos contribuíram para sua produção. Os efeitos desses processos não se distribuem de forma homogênea sobre o território. A balança dos riscos, dos danos e das perdas pesa de maneira desigual, concentrando-se sobre populações historicamente marginalizadas em nome do desenvolvimento econômico, alcançando dimensões mais profundas da experiência humana, alterando relações de pertencimento, memórias coletivas e formas cotidianas de habitar o mundo.

Para compreender a profundidade dessas marcas, recorreremos ao conceito de corpo-território (Cabnal, 2022), que parte de uma premissa fundamental: o corpo é o primeiro território a ser



habitado, defendido e, quando necessário, disputado, e assim como o território carrega a memória das águas e dos caminhos, ele também carrega as marcas das violências que incidem sobre a terra. Quando a lama da Barragem de Fundão invadiu comunidades inteiras, ela também inscreveu-se nos corpos das pessoas que ali viviam: no medo que persiste, nas doenças respiratórias causadas pela poeira dos rejeitos, nos transtornos de ansiedade e luto relatados pelos atingidos, na dor de não reconhecer mais a paisagem que formava a própria identidade (Marques, 2020). A destruição do território exterior produziu, simultaneamente, uma devastação do território interior.

Pois o território não é só o lugar onde se vive, é o lugar que constitui quem se é. É o começo, o meio e o começo. Perdê-lo é perder uma parte de si.



Figura 4 – Colagem produzida como forma de ilustrar as perdas e as memórias

Fonte: Maria Júlia Cintra, 2026.

### **Re-existências: memória, terra e futuros possíveis**

Nesse cenário, o desastre-crime de Mariana pode ser compreendido como um sinal antecipado de um mundo em crise, não se limitando a um problema local ou regional. Ele expõe as contradições de um sistema econômico que depende da extração intensiva de recursos naturais para sustentar sua expansão, ao mesmo tempo que revela a fragilidade das estruturas institucionais responsáveis por regular essas atividades.



Mas talvez a lição mais importante que emerge desse território devastado não esteja apenas na denúncia da destruição, mas nas formas de resistência e de cuidado que continuam sendo praticadas pelas comunidades atingidas. Nas visitas ao território, é possível perceber que muitos moradores ainda cuidam de lugares considerados sagrados ou significativos (Passos, 2020). Esses gestos simples indicam uma relação persistente com a terra, mesmo que essa terra tenha sido profundamente alterada, e ainda que não sejam uma solução definitiva para a crise ambiental ou para os conflitos territoriais que atravessam a região, simbolizam a possibilidade de imaginar outros caminhos.



Figura 5 – Procissão da Festa de São Bento no território de Bento Rodrigues de origem

Fonte: Maria Júlia Cintra, 2026.

Talvez seja justamente nesse ponto que o exercício de imaginação proposto no início deste ensaio retorne com mais força. Imaginar o território antes da lama não se limita a recordar um passado perdido. Significa também reconhecer que existiam, e ainda existem, outras maneiras de viver e de se relacionar com a terra.

Se o território se inscreve no corpo, então cuidar do corpo ferido é também cuidar do território. E, inversamente, reconquistar o território é reconquistar uma parte de si mesmo. As práticas de existência que emergem das comunidades atingidas são resistência, mas também gestos de cura. São formas de reabilitar o próprio corpo ao reabilitar o território. A existência, nesse sentido, não



se dá apesar do corpo ferido, mas através dele: é o corpo que lembra, que anda pelos caminhos antigos, que reconhece o cheiro da terra, que chora diante de uma parede que ainda ficou de pé. E é esse mesmo corpo que, ao se pôr em movimento coletivo, começa a inventar o território que ainda está por vir.

E nesse mundo cada vez mais marcado por extremos climáticos e por desastres socioambientais, essas experiências locais tornam-se fontes importantes de aprendizado. Elas nos lembram que o território é um espaço de vida compartilhada. E talvez a partir dessa compreensão, construída entre memória, experiência e imaginação, que possamos começar a pensar formas mais justas e sustentáveis de habitar o planeta.



Figura 6 – Ilustração feita baseada no conceito de corpo-território. As figuras dos corpos se baseiam nas ruas dos territórios atingidos.

Fonte: Maria Júlia Cintra, 2026

## Bibliografia

A SIRENE. **Jornal dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão**. Mariana: Movimento dos Atingidos pela Barragem de Fundão, diversas edições. Disponível em: <https://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 2026.



CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala.** In: ASOCIACIÓN PARA LA COOPERACIÓN CON EL SUR (ACSUR). *Feminismos diversos: el feminismo comunitário*. España: ACSUR, 2010. p. 11-25.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability.** Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 2026.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição).** Editora Companhia das Letras, 2019.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

FARRIER, David. **Anthropocene Poetics: Deep Time, Sacrifice Zones, and Extinction.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2019.

MARQUES, Monique Sanches. **Notas sobre o real: expulsões e sofrimento social das populações atingidas em Mariana/MG.** *Indisciplinar*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 96-119, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.26247>. Acesso em: 10 mar. 2026.

MILANEZ, B.; SOUZA, T. R.; CARNEIRO, K.; ROLAND, M. C.; LOSEKANN, C. **Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce.** In: Cristiana Losekann, Claudia Mayorga (Orgs.) *Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais*. 1 ed. Rio de Janeiro : Folio Digital; Letra e Imagem, 2018, p. 123-147

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes. **Cidade tombada, territórios tomados: sobre-vivências e r-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais.** 2020. 266 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina.** São Paulo: Elefante, 2019.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno.** Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N., OLIVEIRA, R., ZUCARELLI, M., LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36–40, set. 2016.



*Recebido em: 15/03/2026*

*Aceito em: 15/06/2026*

---

[1] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto. Email: maria.cintra@aluno.ufop.edu.br

[2] Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Email: flora.passos@ufop.edu.br